

Força Eólica do Brasil

Força Eólica do Brasil S.A. CNPJ nº 12.227.426/0001-61 Companhia Fechada



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

Senhores Acionistas,
A Administração da Força Eólica do Brasil S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 que representam a situação da Sociedade no período mencionado. Estamos ao inteiro dispor de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		P A S S I V O CIRCULANTE	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11			31/12/12	31/12/11		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.139	-	381.145	-	Fornecedores	8	2.659	-	16.203	-
Títulos e valores mobiliários	3	-	-	4	-	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	6.148	-
Impostos e Contribuições a recuperar	5	1.577	-	3.714	-	Salários e encargos a pagar	9	531	-	531	-
Outros ativos circulantes		38	-	36	-	Impostos e contribuições a recolher	10	247	-	2.253	-
TOTAL DO CIRCULANTE		7.754	-	384.899	-	Dividendos e juros sobre capital próprio	12	1.131	-	1.131	-
						Provisões		-	-	4	-
						Outros passivos circulantes	1	-	-	613	-
NÃO CIRCULANTE						TOTAL DO CIRCULANTE		4.569	-	26.883	-
Títulos e valores mobiliários	4	257	-	15.959	-	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	412.084	-
Partes relacionadas	14	40.406	-	-	-	Partes relacionadas	14	88	-	88	-
Dividendos a receber		904	-	-	-	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		88	-	412.172	-
Investimentos	6	358.813	-	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13	-	-	-
Imobilizado	7	15.909	8.256	457.583	8.256	Capital social		415.755	8.256	415.755	8.256
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		416.289	8.256	473.542	8.256	Reservas de lucros		238	-	238	-
						Proposta de distribuição de dividendos adicionais		3	-	3	-
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO		419.386	8.256	419.386	8.256
TOTAL DO ATIVO		424.043	8.256	858.441	8.256	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		424.043	8.256	858.441	8.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

1 Informações Gerais

A Força Eólica do Brasil S.A. ("Companhia"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro é uma sociedade de propósito específica (SPE) composta por ações de capital fechado, foi constituída em 30 de novembro de 2011. A Companhia tem por objetivo principal atuar como *holding*, com participação no capital social de outras empresas.

As participações diretas e indiretas são as seguintes:

Companhias	Consolidação	% Participação			
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
FE Participações S.A. (Holding)	Integral	100	-	100	-
Calango 1 Energia Renovável S.A	Integral	100	-	100	-
Calango 2 Energia Renovável S.A	Integral na FE Participações S.A.	-	99,99	-	99,99
Calango 3 Energia Renovável S.A	Integral na FE Participações S.A.	-	99,99	-	99,99
Calango 4 Energia Renovável S.A	Integral	100	-	100	-
Calango 5 Energia Renovável S.A	Integral	100	-	100	-
Mel 2 Energia Renovável S.A	Integral na FE Participações S.A.	-	99,99	-	99,99
Arizona 1 Energia Renovável S.A	Integral na FE Participações S.A.	-	99,99	-	99,99
Caetité 1 Energia Renovável S.A	Integral	100	-	100	-
Caetité 2 Energia Renovável S.A	Integral	100	-	100	-
Caetité 3 Energia Renovável S.A	Integral na FE Participações S.A.	-	99,99	-	99,99

As informações sobre os empreendimentos em construção são as seguintes:

Geração em Construção	Parques Eólicos	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Asegurada (MWh/ano)	Concessão/Autorização	Data de Vencimento
Arizona 01	Eólica	Rio do Fogo - RN	28 MW	12,9 MW	03/03/11	03/03/46
Mel 2	Eólica	Areia Branca - RN	20 MW	9,8 MW	24/02/11	24/02/46
Caetité 1	Eólica	Caetité - BA	30 MW	13,3 MW	16/10/12	16/10/47
Caetité 2	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	04/02/11	04/02/46
Caetité 3	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	23/02/11	23/02/46
Calango 1	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,9 MW	26/04/11	26/04/46
Calango 2	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	11,9 MW	06/05/11	06/05/46
Calango 3	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,0 MW	26/05/11	26/05/46
Calango 4	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	12,8 MW	18/05/11	18/05/46
Calango 5	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,7 MW	01/05/11	01/05/46

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 30/01/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1 - Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A adoção das demonstrações financeiras recorre ao uso de estimativas contábeis, baseadas em fatos objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A Companhia adota todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 - Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre o renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrado diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

2.4 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, arrendados, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros créditos.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

• Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

• Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

• Os direitos de receber fluxos de caixa de o ativo expirarem;

• A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebíveis, sem demora significativa, a um terceiro por forma de um acordo de "repasse"; e

(a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas base das demonstrações financeiras, apurados pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores justos.

2.6 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.7 - Empréstimos, financiamentos

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas os custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

2.8 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPQ 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribuiu juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

2.9 - Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

2.10 - Novos Pronunciamentos Contábeis

2.10.1 - **Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012**

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações: ICPQ 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em conjunto - aprovado pela Deliberação CVM nº 696, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 19 (R2)/IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM nº 694, de 23 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 36 (R3)/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 698, de 20 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

IC 45/IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades - aprovado pela Deliberação CVM nº 697, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.10.2 - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board - IASB* emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais *system control* conjunto. Consolidação proporcional não será permitida para empreendimentos conjuntos ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e depósitos bancários à vista

Aplicações financeiras de liquidez imediata:

Fundos de investimento

6.116 - 380.737 -

6.139 - 381.145 -

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros.

Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

4 Títulos e Valores Mobiliários

Agente financeiro

Banco do Brasil

Não circulante

257 - 257 -

15.963 - 15.963 -

Agente financeiro

Banco do Brasil

Circulante

Não circulante

15.959 - 15.959 -

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

5 Impostos e Contribuições a Recuperar

Imposto de Renda - IR

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Imposto sobre Serviços - ISS

1.577 - 3.714 -

(a) 1.323 - 2.026 -

(a) 254 - 495 -

(a) 2.592 - 1.193 -

(a) 2.592 - 3.714 -

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipado corresponde aos montantes reconhecidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

6 Investimentos

A Força Eólica do Brasil S.A. possui investimentos de 100% nas empresas FE Participações, Calango I, Calango IV, Calango V, Caetité I e Caetité II.

Saldos em 31 de dezembro de 2011

Aumento de capital

Equivalência patrimonial

Dividendos e J

Força Eólica do Brasil

Força Eólica do Brasil S.A. CNPJ nº 12.227.426/0001-61 Companhia Fechada



Continuação

Acionistas	R\$ Mil	
	Ações Ordinárias	
	Unica	%
Neoenergia	207.877	50,0
Iberdrola Renováveis do Brasil S.A.	207.877	50,0
Total	415.754	100,0

14 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

Empresas	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
CELPE	Debêntures - Aplicação/Emissão	22	-	-	-	-	-
	Debêntures - Aplicação/Emissão	3	-	-	-	-	-
		3	-	-	-	-	-
ITAPEBI	Debêntures - Aplicação/Emissão	34	-	-	-	-	-
FE PARTICIPAÇÕES	Dividendos	521	-	-	-	-	-
	Reembolso de despesa	37.855	-	-	-	-	-
		38.376	-	-	-	-	-
CALANGO 1	Dividendos	81	-	-	-	-	-
	Reembolso de despesa	223	-	-	-	-	-
		304	-	-	-	-	-
CALANGO 2	Reembolso de despesa	240	-	-	-	-	-
		240	-	-	-	-	-
CALANGO 3	Reembolso de despesa	225	-	-	-	-	-
		225	-	-	-	-	-
		225	-	-	-	-	-
CALANGO 4	Dividendos	80	-	-	-	-	-
	Reembolso de despesa	233	-	-	-	-	-
		313	-	-	-	-	-
CALANGO 5	Dividendos	146	-	-	-	-	-
	Reembolso de despesa	230	-	-	-	-	-
		376	-	-	-	-	-
MEL 2	Reembolso de despesa	308	-	-	-	-	-
		308	-	-	-	-	-
		308	-	-	-	-	-
ARIZONA 1	Reembolso de despesa	294	-	-	-	-	-
		294	-	-	-	-	-
CAETITÉ 1	Dividendos	18	-	-	-	-	-
	Reembolso de despesa	270	-	-	-	-	-
		288	-	-	-	-	-
CAETITÉ 2	Dividendos	58	-	-	-	-	-
	Reembolso de despesa	260	-	-	-	-	-
		318	-	-	-	-	-
CAETITÉ 3	Reembolso de despesa	268	-	-	-	-	-
		268	-	-	-	-	-
		268	-	-	-	-	-
Iberdrola Generation	Dividendos	-	565	-	-	-	-
		-	565	-	-	-	-
Neoenergia S.A.	Dividendos	-	566	-	-	-	-
	Reembolso de despesa	-	88	-	-	-	-
		-	654	-	-	-	-

15 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora			31/12/11
	31/12/12		Total	
Pessoal	(127)	(1.652)	(1.779)	-
Entidade de previdência privada	(1)	(36)	(37)	-
Material	(3)	-	(3)	-
Serviços de terceiros	(624)	(1.920)	(2.544)	-
Arrendamentos e aluguéis	(12)	(1)	(13)	-
Tributos	(37)	-	(37)	-
Outros	(108)	(61)	(169)	-
Total custos/despesas	(912)	(3.670)	(4.582)	-

Custo e despesa de pessoal:

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Solange Maria Pinto Ribeiro
Presidente

Titulares
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques
Javier García Pérez
Pablo Canales Abaitua

Suplentes
Alejandro de Hoz García-Bellido
Erik da Costa Breyer
Roberto Federici
Eduardo Capelastegui Saiz

DIRETORIA EXECUTIVA

Laura Cristina da Fonseca Porto
Diretora de Operações

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora Regulação e de Controle

CONTADORA

Claudia Almeida Santos Franqueira - CRC MG-068369/O-0-T-RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Força Eólica do Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Força Eólica do Brasil S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Força Eólica do Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Controladora	
31/12/12	31/12/11
(825)	-
(351)	-
(59)	-
(110)	-
(154)	-
(36)	-
(244)	-
(1.779)	-

16 Receita Financeira

Controladora	
31/12/12	31/12/11
6.351	-
6.351	-

Consolidado	
31/12/12	31/12/11
11.859	-
11.859	-

17 Despesa Financeira

Controladora	
31/12/12	31/12/11
(198)	-
(198)	-

Consolidado	
31/12/12	31/12/11
(330)	-
(330)	-

18 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política, a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2012 e 2011. Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e Equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata;
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisões para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos - o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

• Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o BNDES - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário. O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

Ativo	Controladora			
	31/12/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	6.139	6.139	-	-
Títulos e valores mobiliários	257	257	-	-
Passivo				
Fornecedores	(2.659)	(2.659)	-	-
Consolidado				
Ativo	Ativos (Passivos)			
	31/12/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	381.145	381.145	-	-
Títulos e valores mobiliários	15.963	15.963	-	-
Passivo				
Fornecedores	(16.203)	(16.203)	-	-
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(418.232)	(418.232)	-	-

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

- Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

Fatores de risco

- Riscos financeiros
- Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao TJLP. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Risco de Taxa de Juros	R\$ Mil			
	Risco	Cenário Provável	Cenário (I)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	142	106	71
Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No Cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no Cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o Cenário II e uma redução de 50% para o Cenário III.				
• Riscos de liquidez				

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro 2012 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 32.328.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Força Eólica do Brasil S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2012, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2013

Solange Maria Pinto Ribeiro
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

Javier Garcia Perez
Pablo Canales Abaitua

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Força Eólica do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Força Eólica do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2013.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ